

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**AS ELEIÇÕES DA ABERTURA POLÍTICA NO RN:  
arranjos e rearranjos das oligarquias  
(1974-1982)**

NATAL/RN  
1999

Simão Pedro da Silva

**AS ELEIÇÕES DA ABERTURA POLÍTICA NO RN:  
arranjos e rearranjos das oligarquias.  
(1974 - 1982)**

Monografia apresentada à disciplina Histórica II, ministrada pela Professora Denise Mattos Monteiro, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Francisco Fagundes de Paiva Neto, para obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História pela UFRN.

Natal (RN)  
1999

## **AGRADECIMENTOS**

À valiosa ajuda, que me foi dada pelos professores Francisca Aurinete Girão, e da professora Fátima Martins Lopes, Francisco Fagundes de Paiva Neto, meu orientador.

## **DEDICATÓRIA**

**Aos meus pais, Maria do Céu Braga da Silva e Pedro Vicente da Silva**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>02</b>
<b>1 - A ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL</b>	<b>04</b>
1.1 - Caráter da abertura no Nordeste brasileiro	07
<b>2 - A OLIGARQUIA NO BRASIL: ANTECEDENTES</b>	<b>09</b>
2.1 - As oligarquias no Rio Grande do Norte	12
2.2 - O grupo Alves	15
2.3 - A oligarquia Rosado	16
2.4 - O grupo Dinarte Mariz	18
2.5 - O grupo dos Maia	19
<b>3 - O ROMPIMENTO DE ALUÍZIO E DINARTE</b>	<b>21</b>
3.1 - O movimento militar de 1964 (cenário nacional)	23
3.2 - O golpe militar no Rio Grande do Norte	25
3.3 - As eleições de 1970: a era dos governadores biônicos	27
3.4 - As eleições de 1974	29
3.5 - A paz pública	33
3.6 - O MDB e ala do "autênticos"	34
3.7 - As eleições de 1978	35
3.8 - A extinção do bipartidarismo	41
3.9 - A reforma partidária no Rio Grande do Norte e o fim da paz pública	43
3.10 - As eleições de 1982: o povo volta a escolher seus governadores	44
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>49</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

Poucos historiadores têm aceitado o desafio de escrever sobre a história política recente do Rio Grande do Norte.

As lacunas da nossa história política principalmente no pós-64, desafiam o historiador a tentar romper a cortina de ferro, que alguns protagonistas dessa história política recente, usaram para separar o seu passado do presente.

Este trabalho visa abordar o panorama político no momento da abertura política, <sup>em que</sup> onde procuramos estabelecer uma ligação entre as esferas estadual e federal naquele momento histórico, buscando fugir do tom burocrata ou bajulatório, que têm caracterizado a maioria dos textos existentes sobre a história política recente do RN.

A delimitação cronológica deste trabalho abrange o período compreendido entre 1974 - 1982, por ser considerado um dos mais atribulados da história política do RN e cujos desdobramentos políticos são fundamentais para um melhor entendimento do quadro político atual nesse estado. Esse período é marcado pelas eleições decididas nos gabinetes, pelos grandes acordos entre os grupos oligárquicos pelo surgimento de um novo grupo político no cenário local e pelo crepúsculo político de uma velha liderança oligárquica.

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a bibliografia que contribui direta e indiretamente. Com relação as fontes primárias utilizou-se o jornal Diário de Natal, O Potif a razão da escolha deste órgão se deu pelo fato deste não está ligado, pelo menos diretamente, a nenhum grupo político local, o que poderia garantir uma imparcialidade em relação aos fatos políticos).

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro aborda a abertura no Brasil e o caráter dessa abertura no Nordeste brasileiro. No segundo capítulo apresentamos uma ~~incursão~~ histórica das oligarquias no Brasil e no Rio Grande do Norte.

No terceiro capítulo fazemos uma abordagem de antecedentes políticos onde procuramos elaborar o quadro político nacional e local desde o rompimento de Aluizio Alves e Dinarte Mariz, passando pelo golpe militar até as eleições de 1970. Porém ainda no terceiro capítulo abordamos as eleições do período da abertura dando ênfase aos arranjos das oligarquias que controlaram esses processos.

## 1 - A ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL

O início do processo de abertura política no Brasil é localizado no momento em que os generais Geisel e Golberri puseram em prática o que eles próprios definiram como uma abertura "lenta, gradual e segura".

Nos dois períodos de governo ( Geisel - Figueiredo), a censura foi abrandada; concedeu-se a anistia política; restabeleceu-se o pluralismo partidário, restaurou-se o habeas corpus e outros direitos civis, além de por fim ao terrível ato institucional nº 5 (AI-5).

São três as formas de transição: A provocada pela derrocada ou colapso do regime autoritário, A provocada por afastamento voluntário (A elite afasta-se do poder, mas garante parte do controle dentro das novas regras políticas); pela transição B semelhante à Segunda, só que nesta a elite tem maior controle sobre o processo, pois tem maior legitimidade e, por isto, mantém sua capacidade de competir em eleições livres e de negociar a agenda de reformas).<sup>1</sup>

O regime militar brasileiro alcançou estabilidade e legitimidade porque combinou um bom desempenho econômico com alguma repressão.<sup>2</sup> Quando este modelo começou a apresentar seus primeiros sinais de desgaste, uma ala expressiva dos militares optou por ceder o poder procedendo um processo de abertura no qual os militares negociassem as reformas, pois, do contrário poderiam ver o regime entrar em colapso.

A abertura atenuada pode, ao contrário, assegurar a continuidade pondo um termo ao "beco sem saída" plebiscitário em que se encontrava acuado o sistema devido a sua identidade com o partido governamental, e também por causa da escolha binária oferecida ao eleitorado.

A, especialmente no gov. Nêcker

<sup>1</sup> SUZELY KALIL, Mathias. *Distensão no Brasil: o projeto militar - 1973 - 1979*. p. 20.

<sup>2</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil de Castelo a Tancredo: 1964 - 1986*. p. 34



Quando, ao final do mandato do general Geisel, depois da tradicional crise de sucessão, o chefe do Serviço Nacional de Informações, general João Batista Figueiredo, é escolhido para substituí-lo, a abertura é colocada finalmente em prática. Mas ela já não é feita a partir de um regime no seu auge, com controle político do país e no máximo de expansão econômica. Ao contrário, ele já dava mostras de seu declínio, pela tendência a diminuição dos índices econômicos e, fundamentalmente, pelas manifestações organizadas de resistência social. *Sabemos que esta crise teve seu início depois do gen. Médici.*

Entre os militares mais radicais existe uma opinião consensual de que o processo foi totalmente controlado pelo governo. Os radicais da linha dura atribuem aos próprios militares a iniciativa da transição, bem como a liderança na condução desse processo. Sendo que para estes, no governo figueiredo teria havido um "arrombamento" e não uma abertura.<sup>3</sup>

Em nenhum momento o último presidente do ciclo militar, o general João Batista Figueiredo, propôs que o seu mandato fosse de transição. É verdade que declarou que faria deste país, uma democracia. Não se sabe que espécie de democracia o presidente Figueiredo tinha em mente. Suas atitudes, entretanto, não poderiam despertar entusiasmo em democratas convictos.<sup>4</sup>

Para O'ddonel a transição brasileira contou com um importante grau de imposição dos militares e incluiu a celebração de um pacto implícito ou "talvez secreto" entre Tancredo Neves e as forças armadas"<sup>5</sup>

Emir Sader discorda da tese de uma abertura totalmente controlada pelos militares, para ele, "O sonho de uma transição controlada de cima para baixo foi sendo questionado pela perda de legitimidade do regime militar no transcurso da década de 70, conforme as bases de expansão econômica iam revelando sua fragilidade, a crise social voltava a se expandir e a oposição política a ganhar corpo."<sup>6</sup>

Controlado ou não, esse processo de abertura política foi marcado por avanços e recuos, por diversas vezes a descompressão esteve sob ameaça.<sup>7</sup>

<sup>3</sup> ARAÚJO, Maria Celina Soares de. *Os militares e a transição: perdas e danos no exercício do poder*. p. 167

<sup>4</sup> *Ibid.*, p.170

<sup>5</sup> O' ddonel apud LINDOSO, José Antônio. *Da oligarquia Maranhão a política do Seridó: o Rio Grande do Norte na Velha República*. p. 22.

<sup>6</sup> SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura a democracia*. p.32

<sup>7</sup> SKIDMORE. *op. cit.*, p. 339.

*resumo*

Os governos Geisel e Figueiredo não hesitaram em usar de seus poderes excepcionais quando se sentiram ameaçados.

Sob pressão constante da linha dura, Geisel e Figueiredo sempre que pressentiam que o crescimento da oposição poderia significar uma ameaça ao regime, lançavam mão de dispositivos autoritários.

O governo Geisel assumiu pretendendo abolir o AI-5, mas não poucas vezes fez uso desse ato, tornando a abertura muitas vezes contraditória. Geisel perseguiu políticos da oposição e até mesmo da arena, modificou a legislação eleitoral quando achou que esta não lhe servia. No seu governo também continuaram as prisões e torturas.<sup>8</sup> Seu sucessor, o general Figueiredo, utilizou "medidas de emergência", como por exemplo coibir manifestações populares no dia em que o congresso votou a emenda parlamentar pela restauração das eleições diretas para presidente da república, mobilizando um grande aparato militar na capital federal.<sup>9</sup>

O projeto de abertura política dos governos militares, primou pela fórmula política de uma democratização tutelada, controlada, restrita.<sup>10</sup>

Em resumo, a abertura - como tentativa de institucionalização de alguns princípios da doutrina de segurança nacional sem supervalorização do papel da repressão policial direta - deu mais espaço político à sociedade civil, principalmente a oposição liberal mais ligada aos interesses da elite sócioeconômica. Em outras palavras a abertura tentou realizar o ideal autoritário da "democracia sem povo", como se dizia na época.

O período que vai de 1974 a 1984 caracteriza-se por um conflito permanente entre o Estado e amplos setores da Sociedade Civil. O primeiro tenta controlar o segundo, que, por sua vez, tenta ampliar sua influência sobre o primeiro, exigindo o fim do regime militar. Mas, nesse processo, nem o estado nem a sociedade estavam isentos de conflitos internos de interesse, disputas pela hegemonia política, tensões entre os atores políticos e entre as diversas classes sociais.

<sup>8</sup> Ibid., p. 373.

<sup>9</sup> LINDOSO, op. cit., p.23.

<sup>10</sup> SADER, op. cit., p.35.

### 1.1 - caráter da abertura no nordeste brasileiro

As análises sobre o início do processo de transição no Brasil têm apontado para algumas especificidades do caso brasileiro, que foram fundamentais para o rumo tomado pelo processo: a convivência de novas e velhas estruturas que se interpunham e definiam o quadro de reforma e conservação; e o papel da política regional como elemento de sustentação, a nível político eleitoral das forças que detinham o poder. Assim,

*o Nordeste teve um papel fundamental, sendo por isso, até hoje estigmatizado como um dos responsáveis pelo atravamento do processo democrático em curso. Não há dúvida de que, a região foi "beneficiada" pelo poder central, durante o período. A assimetria na composição do congresso nacional e do colégio eleitoral, no sentido da defasagem entre voto e representação, imposta por legislações casuísticas em 1977 e 1982, teve como maior consequência o maior crescimento das bancadas do Nordeste, criando uma situação de superepresentação, e onde a bancada do Nordeste exercia um papel de liderança<sup>11</sup>.*

É nesse contexto que novos atores vão surgir na política Nordestina representando o novo, o moderno, em sintonia com a idéia de modernidade que o estado de transição precisava transmitir.

Assim é que, com a exceção do Ceará, Maranhão e Bahia, os governadores dos estados nordestinos, escolhidos em 1978, são pessoas que,

<sup>11</sup> ANDRADE, Ilza Araújo Leão de. A incorporação das associações de bairro na implementação das políticas sociais como estratégia de dominação política no NE. In: FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo (Cord.). *Estado e movimentos sociais urbanos: o caso de Natal*. p.74

U/2010  
Gimenes

*“embora tenham participado de governos anteriores, haviam-no feito na condição de técnicos, não estando, assim, ‘umbilicalmente’ ligados às oligarquias agrárias [...] . [De modo que] a escolha de figuras como Marco Maciel em Pernambuco, Lavoisier Maia no Rio Grande do Norte e Tarcísio Burity na Paraíba, era o primeiro sinal da urbanização da política no Nordeste, processo que ganharia fôlego a partir deste período e se consolidaria nas eleições diretas para governador em 1982, quando figuras de origem urbana, como Roberto Magalhães (PE), José Agripino Maia (RN), Wilson Braga (PB) e Gonzaga Mota (CE), assumem o comando político em seus estados, empunhando a bandeira das reformas”.*

12

No caso do Rio Grande do Norte, que trataremos mais detalhadamente no desenvolver desse trabalho, a abertura política representou um período de redefinição no quadro político, marcado pelas disputas de bastidores e pelos arranjos políticos das oligarquias.

Este período marca a volta de Aluizio Alves as disputas políticas no Rio Grande do Norte, o surgimento do grupo dos Maia, o crepúsculo da carreira política do velho coronel Dinarte Mariz e o surgimento do PT (Partido dos Trabalhadores) no cenário local.

<sup>12</sup> ANDRADE, Ilza Araújo Leão de, op. cit. .78

## 2 - AS OLIGARQUIAS NO BRASIL: ANTECEDENTES

Em termos simples, “Oligarquia” é definido no Brasil como um governo de poucas pessoas. Vem do grego *Pliyos* = pouco, número reduzido; *arco* = comandar. — ED

Mas como assinalou Pang o problema é a definição de umas “poucas pessoas”<sup>13</sup>. — ED

Para Nobberto Bobbio, em certo sentido, todo estado é uma oligarquia na medida em que é dirigido por uma minoria.<sup>14</sup>

Carone assinala que “ao sentido primitivo da palavra oligarquia - governo em que a autoridade está nas mãos de poucas pessoas - juntou-se, no Brasil, um conceito mais específico: o de governo baseado na estrutura familiar patriarcal.”<sup>15</sup>

A base do sistema oligárquico na República Velha era o coronel. O coronel controlava o poder local. Todos os cargos públicos eram indicados ou eleitos por ele.<sup>16</sup> — ED

Esse domínio se estabeleceu através da manipulação das populações camponesas, que na ausência de assistência do poder público não tinham a quem recorrer a não ser a um chefe local de posses, um fazendeiro abastado. Assim o coronelismo estava diretamente relacionado à estrutura agrária e a desorganização dos serviços públicos locais.<sup>17</sup>

“É o fazendeiro, o “coronel” quem assiste o Jeca nas suas dificuldades de vida, é quem lhe dá um trecho de terra para cultivar, é quem lhe fornece remédios, é quem o protege das arbitrariedades dos governos, é o seu intermediário junto as autoridades. Criou-se desta forma, desde a colônia um poder que a lei desconhece, mas que é um poder de fato incontestável, imposto pelas contingências do meio”<sup>18</sup>

<sup>13</sup> PANG, Eul Soo, *Coronelismo e oligarquias*. p. 87.

<sup>14</sup> BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de políticas*.

<sup>15</sup> CARONE, Edgar. *República Velha* p. 267.

<sup>16</sup> PANG, op. cit., p. 27.

<sup>17</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*.

<sup>18</sup> Velasco apud *Ibid.*, p. 24.

7.2.1.1

Nesse sistema político excludente formou-se uma pirâmide de “troca de favores” entre o eleitorado, o coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal. A política de troca de favores e a ausência de justiça eleitoral garantiam sempre a vitória da situação.

A manipulação dos processos eleitorais era outro elemento que garantia o domínio dos coronéis. As fraudes legitimadas pelos juizes eleitorais, que eram indicados pelo executivo, tornavam impossíveis a vitória da oposição. As atas da eleição ficavam com o juiz eleitoral, que muitas vezes acrescentava nomes e votos de eleitores ausentes, num procedimento conhecido como “bico-de-pena”.<sup>19</sup>

Durante o governo de Campos Sales (1898 - 1902). Esse quadro de predomínio político das oligarquias estaduais , completou - se com a chamada “política dos governadores”.

No início do seu governo, Campos Sales necessitava de amplo apoio político do congresso para aprovar sua política financeira. Para tanto precisava de um congresso subserviente, dócil, pretendia aumentar o poder da presidência e controlar a opinião pública.<sup>20</sup>

Através desse acordo os governos se encarregariam da escolha dos “bons” deputados e “bons” senadores na época da eleição, a partir de acordos com os coronéis, manipuladores do voto da população camponesa.

Esses procedimentos funcionavam bem nas cidades pequenas. Nas capitais, com mais eleitores independentes não era tão fácil a manipulação dos resultados. Mas como na época 70% da população vivia no campo, os votos urbanos nunca bastavam para inverter os resultados de uma eleição.

Apenas umas poucas oligarquias conseguiram dominar a política da federação. Cabiam as duas mais poderosas oligarquias do país - a de Minas produtora de gado leiteiro e a de São Paulo produtora de café, escolher o presidente da república através de um acordo entre ambas no que ficou conhecido como “política do café com-leite.”

No Nordeste, onde segundo Linda Lewin, “as bases do poder familiar local implantaram-se nos padrões de ocupação que foram ditados pela necessidade de exploração inicial,” virtualmente cada partido político estadual estava associado seja ao domínio de uma

<sup>19</sup> LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. p. 32.

<sup>20</sup> PANG, op. cit., p.81.

família, seja a dominação personalística de um indivíduo. Cada Estado possuía seu oligarca, o Estado do Rio Grande do Norte possuía Pedro Velho, o de Alagoas era dominado pela família Malta, no Ceará os Acioli controlavam e na Paraíba quem mandava era os Machado.<sup>21</sup> — E

Para Pang, os tipos de oligarquia predominante no Nordeste foram a familiar e personalista. Na oligarquia do tipo familiar incluía-se a família em si, pessoas da mesma linhagem, parentes por afinidade, afilhados de batismo ou de casamento, e as vezes o povo dependente do ponto de vista sócio-econômico.<sup>22</sup>

Na oligarquia do tipo personalista o fator que mantinha o grupo unido era o carisma pessoal dos líderes.<sup>23</sup>

Durante toda a República Velha, a cada quatro anos, a política nacional concentrava-se na construção de uma coalizão presidencial vencedora para as eleições de novembro. Na ausência de partidos políticos verdadeiros ao nível nacional, cada coalizão vencedora tinha de ser forjada de novo, a partir da maioria das oligarquias estaduais e seus partidos oficiais.<sup>24</sup>

As oligarquias que indiretamente governaram o Brasil consistiram em pequenos grupos de homens, que monopolizaram os cargos políticos em cada Estado, normalmente o governador e os representantes eleitos para o congresso nacional e para a assembléia legislativa Estadual.

A crescente urbanização brasileira após a 2ª Guerra mundial - em parte devido a crise agrária - provoca diminuição cada vez mais acentuada no poder das oligarquias. Esta mudança não é rápida nem perceptível facilmente no entanto mesmo que haja decréscimo desse poder na sua essência ele permanece intacto.<sup>25</sup> — E

Para Victor Nunes Leal,

<sup>21</sup> LEWIN, op. cit., p. 33

<sup>22</sup> PANG, op. cit., p.40

<sup>23</sup> Ibid., p. 45

<sup>24</sup> Ibid., p. 42

<sup>25</sup> Ibid., p. 102

“O patrimonialismo das estruturas políticas locais sobreviveu e manifesta-se de maneira curiosa. Se uma pessoa vem a ocupar um posto de comando na organização político-administrativa, não é raro presenciar-se a ascensão de grande número de pessoas da ‘terra dele’. Não só parentes de todos os graus, mas também amigos de infância, antigos colegas de trabalho, vizinhos, parentes e amigos desses vizinhos (...) . O chamado familiarismo e outras formas de nepotismo podem ser classificados como aspectos do patrimonialismo. Já que este se baseia em relações de lealdade e confiança pessoal, é óbvia a vantagem que tras a preferência dispensada a parentes amigos e conhecidos, expostos ao controle da mesma estrutura local.”<sup>26</sup>

Apesar da industrialização brasileira e a crescente urbanização do Nordeste, a política oligárquica sob muitos aspectos ainda sobrevive principalmente nas regiões periféricas do Brasil.

## 2.1 - As oligarquias no Rio Grande do Norte

A implantação do Regime Republicano no RN representou a continuidade do poder político da oligarquia Maranhão. A influência desse grupo remonta o período colonial estando esse grupo ligado aos interesses do açúcar.<sup>27</sup>

Coube ao chefe desse grupo, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, fundar o partido Republicano no Rio Grande do Norte e estabelecer o domínio político absoluto dessa oligarquia durante décadas da história republicana do Rio Grande do Norte.<sup>28</sup>

<sup>26</sup> LEAL, op. cit., p. 43-44.

<sup>27</sup> LINDOSO, op. cit., p. 16.

<sup>28</sup> Ibid., p. 16-17.



Fez parte desse predomínio absoluto no Estado: Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Joaquim Ferreira Chaves ( facção Pedro Velho ), Alberto Maranhão (irmão de Pedro Velho), Antônio de Souza (Facção Pedro Velho).<sup>29</sup>

A crise da economia açucareira em fins do século XIX e início do século XX, assinalou o declínio político da oligarquia Maranhão, fazendo surgir novas lideranças no cenário político estadual. Nesse contexto, o governo de Ferreira Chaves (1914 - 1920) e Antônio de Souza (1924) representaram uma fase intermediária, na qual a perda de influência e poder, por parte dos Maranhão refletiu a decadência do complexo açucareiro -têxtil superado pelo avanço crescente do algodoeiro - Pecuária.<sup>30</sup>

Com Juvenal Lamartine e José Augusto, inaugura-se uma nova fase na política do Rio Grande do Norte.

O governo Juvenal Lamartine representava uma facção oligárquica, cujas bases de sustentação se localizavam na região algodoeira - pecuária, que em termos de Rio Grande do Norte, confunde-se com a região Seridó.

Essa fase vai ser marcada pelos conflitos entre “a política do agreste ” (chefias políticas mais vinculadas aos interesses do açúcar) e a política do seridó ( chefias políticas mais ligadas aos interesses do algodão ).<sup>31</sup>

O movimento de 1930 , que deveria por fim o sistema oligárquico , registra no Rio Grande do Norte a deposição do governador da oligarquia algodoeira - pecuária, Juvenal Lamartine do poder, iniciando o período dos interventores . Mas a substituição do sistema oligárquico pelo modelo de centralização administrativa não surte efeitos significativos em termos de Rio Grande do Norte, pois os novos grupos políticos passaram a funcionar sobre as mesmas bases anteriores a 1930. Para Spinelli,

<sup>29</sup> Ibid., p.27.

<sup>30</sup> Ibid., p. 37.

<sup>31</sup> Ibid., p.40.

<sup>32</sup> SOUZA apud LINDOSO, op. cit., p. 32.

*F. Esp. Anúncios*

*"compreende-se melhor a questão da sobrevivência política das oligarquias no pós-30, quando se observa seguindo o raciocínio de Maria do Carmo Campelo de Sousa que o governo que emerge da Revolução de 30 não objetivava liquidar as estruturas políticas regionais pré-existent, mas apenas subordiná-las e delimitar "seu âmbito de atuação".<sup>32</sup>*

Se entre os grupos oligárquicos dominantes predominava uma relação onde os resultados dos conflitos tendia a uma acomodação tolerante entre vencedores e vencidos, com as expressões políticas que surgiram "por fora" do círculo de poderes oligárquico a tônica era a mais cruenta repressão. Tal é o caso da perseguição empreendida pela oligarquia Maranhão contra a campanha "salvacionista" do capitão José da Penha, em 1913; e, anos mais tarde, a que o governador Juvenal Lamartine (ligado a oligarquia do seridó) mobilizou contra o grupo oposicionista surgido em torno de Café Filho e Kerginaldo Cavalcante, formado por jovens de classe média e articulado ao movimento sindical local, em especial o operariado da capital.

*Entre os filhos do tenentismo*

"Café Filho, nos anos 20, avançou nas formas de mobilização: organizou os trabalhadores em sindicatos, liderou greves, identificou-se com o tenentismo, concorreu às eleições. O governo fechou o sindicato, espancou trabalhadores, empastelou jornais, usou o "bico-de-pena" e os atos falsos para fraudar as eleições. Café também foi obrigado a retirar-se indo conspirar fora do Estado."<sup>33</sup>

A industrialização brasileira e o crescente processo de modernização econômica do Nordeste, trouxe a luz do dia a crise do coronelismo e uma redefinição dos grupos oligárquicos no Estado.

*ED*

<sup>33</sup> LINDOSO, op. cit., p 42.

A partir dos anos 50 a liderança política do Estado ganhou dois novos personagens saídos do seio das velhas oligarquias em torno deles passaria a gravitar a política do Estado. A partir de então, um novo quadro oligárquico se delinearia no Rio Grande do Norte. A polarização Aluizio Alves - Dinarte Mariz na política norte-rio-grandense resistiria até o ano de 1974 quando o grupo dos <sup>M</sup>Maia foi incorporado ao cenário político local. Esse quadro ainda contava com o grupo dos <sup>P</sup>rosado em Mossoró.

Através de acordos, negociações e barganhas, esses grupos, que se consolidaram no pós - 64, dominaram o quadro político durante todo o processo de abertura política no Rio Grande do Norte.

## 2.2 - O grupo dos Alves

A oligarquia Alves se desenvolve no RN a partir do seu patriarca, Aluizio Alves. Aluizio é natural de Angicos, cidade do sertão do RN. Aliado aos coronéis que dominavam politicamente o Rio Grande do Norte na República Velha, teve uma carreira meteórica na política norte-riograndense. A entrada de Aluizio na política do Rio Grande do Norte não se deu por acaso, Aluizio é filho de um ex-intendente da cidade de Angicos - (cargo que equivalente ao de prefeito).<sup>34</sup> Aos 13 anos já era secretário do partido popular (PP) no Rio Grande do Norte.<sup>35</sup> Juntamente com Dinarte Mariz atendeu a um chamado de José Augusto, ingressando nas fileiras da UDN (União Democrática Nacional) no Rio Grande do Norte após o fim da ditadura varguista. Pela UDN Aluizio elegeu-se deputado federal aos 23 anos e governador do Rio Grande do Norte aos 39 anos.<sup>36</sup> Foi ainda secretário geral da UDN (União Democrática Nacional). Depois de embates com o ex.- companheiro que tornou-se desafeto, Dinarte Mariz, Aluizio teve seus direitos políticos cassados em 1969, devido a influência de Dinarte junto a linha dura. Mesmo cassado, Aluizio influenciou indiretamente na escolha dos três governadores biônicos. Para tanto utilizou como porta vozes: seu irmão Garibaldi Alves e

<sup>34</sup> MACHADO, João Batista. 1960: explosão de amor e ódio. p. 110.

<sup>35</sup> Ibid., p. 111.

<sup>36</sup> Ibid., p. 112.

seu filho Henrique Eduardo Alves, <sup>d</sup>Deputado Federal com apenas 21 anos, sob a explícita evocação de dar continuidade as lutas do pai.

Com a redemocratização Aluizio tornou-se ministro da Administração do governo Sarney, devido a amizade com o velho Udenista, foi ainda ministro da integração regional na gestão Itamar Franco.

Nos últimos anos, Aluizio só tem ampliado o espaço político da sua família no cenário local.

O poder da oligarquia Alves no <sup>e</sup>Estado pode ser medido pelo número de membros dessa família na política do Estado, todos eleitos sob a influência de Aluizio Alves.

Os filhos de Aluizio, Henrique Alves e Ana Catarina Alves, são deputados federais, o primeiro já está na 5ª legislatura. Os irmãos de Aluizio, Agnelo e Espedito Alves foram prefeitos, Agnelo em Natal, Espedito em Angicos, Agnelo é atualmente senador da república, o terceiro irmão Garibaldi Alves foi Deputado Estadual nos anos 70 e vice governador do Estado no período de 1987 - 1991. Os ~~genros~~ <sup>filhos</sup> de Aluizio, Ismael Wanderley e José Dias, o primeiro deputado federal constituinte em 1988 o segundo deputado estadual na 4ª legislatura. Os sobrinhos de Aluizio; Carlos Eduardo Alves e Garibaldi Alves Filho, Carlos está no segundo mandato de deputado estadual e Garibaldi é ex deputado estadual, senador e atualmente é governador reeleito.

### 2.3 - A oligarquia Rosado

O grupo dos Rosados ~~iniciou~~ <sup>começou</sup> a atuação política em Mossoró, quando Jerônimo Rosado o seu patriarca tornou-se membro da intendência de Mossoró no período de 1908.

O farmacêutico Jerônimo Rosado chegou a Mossoró pelas mãos do médico Francisco Pinheiro Castro que o convidou para organizar uma Farmácia sob seu patrocínio.<sup>38</sup>

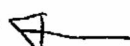
<sup>38</sup> CASCUDO, Luiz da C. *Jerônimo Rosado: uma ação brasileira na província.*

Jerônimo Rosado aceitou o convite, partindo de Catolé do Rocha, na Paraíba, para Mossoró. Logo que chegou a Mossoró, se aproximou do grupo político de Almeida Castro, político influente na região. A associação a Almeida Castro e o ofício de farmacêutico tornaram Jerônimo Rosado uma das pessoas mais influentes de Mossoró. Através de práticas assistencialistas Jerônimo Rosado ganhou o respeito e a gratidão da população mossoroense que lhe retribuiu em forma de votos nos período de eleição.

Em 1917 tornou-se presidente da intendência , dando início à trajetória dos Rosado na política mossoroense.

*"...os investimentos de Jerônimo Rosado na açudagem, necessári<sup>o</sup>sa sobrevivência numa região semi-árida, a manipulação de remédios, além da ação de intermediário entre o povo e o governo, através da política na memória da população mossoroense a imagem de um político exemplar de rara preocupação com o povo e com a cidade de Mossoró".<sup>39</sup>*

A família Rosado teve como principal mecanismo de reprodução no poder político em Mossoró a construção de mitos do desenvolvimento estabelecido pela produção literária que constitui parte da coleção mossoroense. A indústria da seca, à distribuição de verbas públicas garantiram a auto- produção do grupo dos Rosado. Essas práticas políticas comuns ao sistema oligárquico <sup>tem</sup> ajudado a manter o predomínio político dos Rosado na cidade de Mossoró.<sup>40</sup>

Desde que Jerônimo Rosado decidiu que os filhos continuariam seu trabalho tanto para administrar a fortuna da família como para perpetuar o nome Rosado no poder. 

Mossoró , a Segunda cidade mais importante do Rio Grande do Norte, viveu, desde então, vários ciclos econômicos: os de algodão, sal, pecuária e carnaúba. Atualmente , o do petróleo confere o título de maior produtor em terra no país. Na política, no entanto, a cidade vive um só ciclo há várias décadas, o dos Rosado.

<sup>39</sup> PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. *Mitologias do país de Mossoró*, p. 21.

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 29

O grupo dos Rosado na política inclui: Vingit Rosado 7 vezes deputado federal: Laire Rosado duas vezes deputado federal e uma vez deputado estadual: Dix Huit Rosado deputado estadual, federal, senador e três vezes prefeito de Mossoró: Frederico Rosado já no segundo mandato de deputado estadual.

#### 2.4 - O grupo de Dinarte Mariz

De acordo com a classificação estabelecida por EUEL -SOO -PANG acerca das oligarquias no Brasil, Dinarte Mariz é um legítimo representante da oligarquia do tipo personalista. Dinarte Mariz é provavelmente o mais bem sucedido oligarca personalista do Rio Grande do Norte. Comandava o que Pang define como grupo amigueiro. Dinarte preferiu confiar em amigos a confiar nos membros de sua própria família para preencher cargos políticos.<sup>41</sup>

Dinarte Mariz é neto de um ex-senador do Império, e parente do ex - governador Juvenal Lamartine.<sup>42</sup> Dinarte participou do movimento de 1930. Devido a sua atuação marcante, foi nomeado prefeito de Caicò no mesmo ano.<sup>43</sup>

Atendendo a um chamado de José Augusto de Medeiros, seu primo, Dinarte participa em 1933 da fundação do partido popular (PP) no Rio Grande do Norte e juntamente com José Augusto, Eloy de Souza e o jovem Aluizio Alves, fizeram oposição ao interventor Mário Câmara.<sup>44</sup>

Em 1935 Dinarte combateu os comunistas na Serra do Doutor, entre Santa Cruz e Currais Novos, o que foi contestado pelo jornalista Luiz Gonzaga Cortez que entrevistou o chefe integralista do Acari (RN) Manoel Lúcio M. Filho, “Dinarte Mariz não participou da batalha do Doutor”<sup>45</sup>

Dinarte foi senador em 1955 e governador em 1962 pela UDN (União Democrática Nacional), partido que ajudou a fundar no RN.

<sup>41</sup> PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889-1934)*. p.45.

<sup>42</sup> MACHADO, op. cit., p.94-95.

<sup>43</sup> Ibid., p.95.

<sup>44</sup> Ibid., p. 95.

<sup>45</sup> CORTEZ, Luiz Gonzaga. *História do integralismo no RN*, p.36.

Ainda retornaria ao senado em 1962 e 1970. Na década de 60 Dinarte protagonizou com Aluizio Alves um dos momentos de maior radicalismo político no Rio Grande do Norte.<sup>46</sup>

## 2.5 - O grupo dos Maia

Em 1974 com a transição democrática em curso, surge no interior da Arena local o Grupo "Maia" liderado por Tarcísio Maia.

Deveria se criar sob a sua liderança uma elite política e governamental mais afinada com os propósitos então "liberalizadores" e "modernizantes" de cúpula dirigente do regime militar.<sup>47</sup> O grupo Maia representaria na cena política do RN o "novo" o "moderno", em contraposição as velhas oligarquias. Os Maia deveriam representar a urbanização do RN.

Esse grupo deveria compor com nomes que não pertencessem ou não estivessem ligados a nenhuma das oligarquias que dominavam a política local. Em termos discursivos operava-se uma renovação radical em que se rompia com as práticas das políticas tradicionais. Sua ascensão marca no RN,

*O início de um amplo processo de renovação do quadro político Nordestino, encampado pelas estrategistas da cúpula do regime militar, preocupados em constituir formas mais "modernas" de legitimação da ação estatal em face das demandas pelo quadro de competição eleitoral que se deslumbrava na agenda de transição.<sup>48</sup>*

O ciclo dos Maia no RN tem início com a nomeação de Tarcísio Maia para o governo do estado.

↳ Rio Grande do Norte

<sup>46</sup> Ibid., p. 179.

<sup>47</sup> ANDRADE apud, AZEVEDO, Alessandro Augusto de. *Sem medo de dizer não: o PT e a política no RN 1979* - 1990. p. 49.

<sup>48</sup> Ibid., p.50.

Rio Grande do Norte

A indicação de Tarcísio, que estava há quinze anos afastado do RN atropelou uma lista elaborada previamente pelos líderes da ARENA, gerando um descontentamento em alguns nomes que pleiteavam a vaga, coube a Dinarte Mariz a tarefa de estabelecer um consenso em torno da indicação de Tarcísio Maia para o governo do Estado, junto as lideranças locais.<sup>49</sup> Com Tarcísio tem início o projeto nepotista dos Maia, que se consolidaria com Lavoisier Maia, seu primo sendo nomeado governador "biônico" em 1978 sucedendo o próprio Tarcísio, e com José Agripino Maia, filho de Tarcísio, à frente da Prefeitura de Natal e do Governo do Estado.

O projeto de transição em que estavam incluídos os Maia de uma prática política que os distinguisse dos tradicionais oligarquias rurais não se concretizou no RN. Pelo contrário,

*"a condição de sua legitimação como novidade, por dentro do sistema "situacionista" , passou pela reelaboração/realimentação de mecanismos de controle e manipulação políticas, típicas do período oligárquico, e a transferência/reprodução dos mesmos, também no espaço urbano."<sup>50</sup>*

Em resumo, o grupo dos Maia que emergiu no cenário político do RN com a proposta de modernizar a política local, acabou por reforçar a tradição oligárquica desse estado na medida em que as práticas políticas desse grupo em nada diferia das oligarquias tradicionais, havendo apenas uma modernização em termos de discurso político.

<sup>49</sup> Ibid., p. 51

<sup>50</sup> Ibid., p. 51



### 3 - O ROMPIMENTO DE ÁLUIZIO E DINARTE

Aluizio Alves e Dinarte Mariz iniciaram suas carreiras políticas tendo ambos um mesmo suporte, as velhas oligarquias agrárias que dominaram o RN durante a República Velha.<sup>51</sup>

Ao anunciar-se em 1945 a restauração do regime Democrático, José Augusto Bezerra de Medeiros, veterano líder político do RN, convocou seus antigos e fiéis correligionários a ingressarem na União Democrática Nacional para apoiar a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República.<sup>52</sup> Dentre os aliados estavam Aluizio Alves e Dinarte Mariz.

Segundo Aluizio, ele e Dinarte, unidos em muitas horas e divergentes em outras tantas, estiveram abrigados sob a mesma legenda até a sua extinção.<sup>53</sup>

A vitória de Dinarte Mariz em 1955 batendo o pedessista Jocelin Vilar marcou a chegada da UDN ao poder local.<sup>54</sup>

Aluizio se empenhou arduamente na campanha do correligionário Dinarte Mariz. Empossado Dinarte no Governo do Estado, Aluizio encaminhou algumas sugestões ao novo governo. Dinarte as recusou dizendo que Aluizio as guardasse para quando fosse governador.<sup>55</sup>

Foi o início do afastamento que só foi se configurar com a proximidade da eleição que definiria o sucessor de Dinarte, em 1960, quando Aluizio saiu candidato ao governo de Estado contra a vontade do ex-correligionário Dinarte Mariz.<sup>56</sup>

<sup>51</sup> MACHADO, op. cit., p.76.

<sup>52</sup> ALVES, Aluizio. *A verdade que não é secreta*. p.15

<sup>53</sup> Ibid., p. 16.

<sup>54</sup> Ibid., p. 21.

<sup>55</sup> MACHADO, João Batista. *Política no atacado e a varejo: a memória política da República no RN*. p. 72.

<sup>56</sup> MACHADO, João Batista. *Explosão de paixão e ódio*. p.76.

1969) O rompimento entre os dois inaugurou uma era de radicalismo político no RN que culminou com a cassação de Aluizio em 1969 devido a influência de Dinarte junto a linha dura do Regime Militar.<sup>57</sup>

O ódio entre Aluizio e Dinarte parecia não dar tréguas. Em 1976 mesmo com Aluizio cassado, Dinarte usando de sua influência junto aos militares da linha dura, teve acesso a um documento "secreto" e logo tratou de divulgar o seu conteúdo, que viria a ser a conclusão de investigação sumária promovida em janeiro de 1966 sobre a administração de Aluizio Alves no RN.

Neste documento Aluizio Alves era acusado de corrupção e malversação do dinheiro público.<sup>58</sup>

*"O rompimento entre aluizio e Dinarte fixou definitivamente a divisão do estado entre essas duas lideranças política, iniciando-se uma nova fase de radicalização política no RN. A neutralidade não era admitida. O surgimento de uma terceira força era improvável, naquele momento. Os que poderiam representar uma terceira força tiveram suas carreiras políticas interrompidas bruscamente pelo movimento de 31 de março de 1964. Os que estavam ligados politicamente a uma das duas forças e buscaram ser uma alternativa foram afastados e passaram imediatamente por uma fase de estrocismo político, em virtude da dissidência que pretendiam implementar."<sup>59</sup>*

esp.  
Aluizio

nome do  
estudo  
EP

<sup>57</sup>Ibid., p.35

<sup>58</sup>ALVES, op. cit.

<sup>59</sup>TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Uma síntese do abertura política no Rio Grande do Norte : 1974 - 1979.* p.

O rompimento de Aluizio e Dinarte e a conseqüente divisão política do estado entre os dois evidencia a fragilidade do sistema partidário brasileiro.

Na história política brasileira os líderes sempre foram maiores que os partidos. Os partidos não passam de siglas de aluguel nas mãos desses líderes personalistas. A história brasileira está repleta de exemplos que servem para confirmar a regra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubtchek, Jânio Quadros e tantos outros. Os frágeis partidos não comportam o personalismo de seus líderes. No caso do RN a UDN foi pequena para comportar Aluizio e Dinarte.

Esses líderes adotam como tática de manutenção do monopólio do poder político, a eliminação política de qualquer um que ameaçasse esse domínio. Por essa razão no RN não era admitida uma terceira força capaz de ameaçar o monopólio político dos dois principais líderes locais.

Djalma Maranhão, que poderia ter sido a terceira força política no RN, teve sua carreira política tolhida pelo movimento militar de 1964.

Geraldo Melo que veio a ser governador de 1987 a 1991, (aliado a Aluizio ) foi exonerado em 1960 do Conselho Estadual de Desenvolvimento porque tentou formar uma terceira força junto a assessores do então governador Aluizio Alves.<sup>60</sup>

### 3.1 - O movimento militar de 1964 (o cenário nacional)

O golpe militar de 1964 desfechado contra o presidente João Goulart, representou a vitória daqueles que viam nas metas reformistas de Jango a infiltração de idéias socialistas no governo brasileiro que poderiam levar o Brasil a um estado capaz de extinguir os valores e as instituições tradicionais do país.<sup>61</sup>

Os conspiradores sustentavam idéias radicalmente anticomunistas que não eram novas para a política brasileira.

<sup>60</sup> MACHADO, João Batista. *De 35 ao AI-5*. p.17.

<sup>61</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 22.

<sup>62</sup> SADER, op. cit.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 17.

Os grandes vencedores com o golpe militar de 1964 foram os jovens oficiais, os militares da linha dura de alta patente e os políticos conservadores.<sup>62</sup>

Após a vitória do movimento militar, surpreendentemente rápido, em 11 de abril de 1964 Castelo Branco e José Maria Alkmin foram eleitos pelo congresso, Presidente e vice-presidente da República.

O movimento golpista pregava a necessidade de reestabelecimento da ordem social e de retomada da expansão econômica, liquidando a inflação, considerada a grande responsável pela crise social.<sup>63</sup>

A ordem social se fez através da repressão aos líderes sindicais, estudantes, intelectuais, artistas, políticos, partidos e organizações considerados como subversivos.<sup>64</sup>

A doutrina de segurança nacional foi a ideologia oficial do regime militar. Através dessa doutrina deveriam ser reprimidos as formas de organização introduzidas de fora para dentro, pela subversão internacional, sendo considerados como inimigos internos.<sup>65</sup>

Os governadores estaduais passaram a ser nomeados pelo governo federal, bem como os prefeitos.<sup>66</sup>

O congresso foi fechado algumas vezes e várias ondas de cassação de mandatos ocorreram. Os partidos políticos foram dissolvidos e tolerados apenas dois, gerados a força por decreto governamental - A Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. O MDB representava o papel de oposição consentida no regime militar.

Segundo Dreifus. O golpe militar de 1964 foi financiado em grande parte pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Espaciais (IPES), pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que levaram a estrutura política a um ponto de crise, no qual os civis apoiaram soluções extra constitucionais e os militares sentiram a necessidade de intervir como moderadores<sup>67</sup>

Sociais  
↓  
Linha  
de  
direito  
agw

<sup>64</sup> SKIDMORE, op. cit., p.43.

<sup>65</sup> SADER, op. cit.

<sup>66</sup> SKIDMORE, op. cit. p.100

<sup>67</sup> DREIFUS, René Armand, 1964: *a conquista do Estado: ação política, podcr e golpe de classe*. p. 319

Os governos tinham nos próprios quadros das forças Armadas seu principal componente, complementado por quadros técnicos ligados, pessoal ou ideologicamente, as grandes empresas monopólicas e financeiras, mais elementos vinculados aos setores políticos da direita tradicional. Ainda com todas as precauções, os vários momentos de sucessão presidencial representaram sempre situações de crise no regime, pelos conflitos existentes dentro dos próprias forças armadas.<sup>68</sup>

Isso ocorreu na troca do General Castelo Branco pelo general Costa e Silva (1967), na substituição deste por doença grave, pelo general Garrastazu Médice (1969), na escolha do seu sucessor, no general Ernesto Geisel (1974) e do general João Figueiredo (1979). Pretendendo revezar oficiais no comando do governo, as forças armadas queriam deixar patente que não se tratava de um regime unipessoal, mas daquela instituição no seu conjunto.<sup>69</sup>

### 3.2 - O golpe militar no Rio Grande do Norte

As principais lideranças políticas do Rio Grande do Norte, com exceção de Djalma Maranhão, apoiaram o golpe militar de 1964.

No dia 1º de abril de 1964 o Diário de Natal trazia a seguinte matéria:

*“O prefeito Djalma Maranhão enviou telegrama ao Presidente da República expressando solidariedade política ao Sr. João Goulart. O chefe da edilidade natalense transformou o seu gabinete, desde a madrugada de hoje no que chamou quartel general da legalidade”.*<sup>70</sup>

José Rodrigues Sobrinho, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do RN também enviou telegrama se solidarizando com o Presidente João Goulart.<sup>71</sup>

<sup>68</sup> SADER, op. cit., p. 20

<sup>69</sup> Ibid p. 35.

<sup>70</sup> Diário de Natal 01/04/64. p. 3.

<sup>71</sup> D.N. 01/04/64.

Já nas primeiras horas após a deflagração do golpe o aparato repressor foi colocado em ação. Sindicatos foram ocupados sob o pretexto de que juntos com o governo Djalma Maranhão, estariam preparando uma greve geral.<sup>72</sup>

As demais lideranças políticas do RN declararam o seu apoio ao Movimento Militar de 1964.

Aluizio Alves apoiou o movimento golpista. Era um político influente na UDN. Teve inclusive o seu nome cogitado para companheiro de chapa de Juscelino Kubitchek na eleição presidencial de 1965, antes do ex- presidente ser cassado e as eleições suspensas.<sup>73</sup>

Sobre a adesão de Aluizio ao golpe militar de 1964 devemos acrescentar um item importante,.

Thomas Skidmore ao comentar o golpe ressalta que a trama golpista arquitetada por grupos conservadores, já se esboçava desde o governo Getúlio Vargas.<sup>74</sup>

Aluizio era um desses políticos conservadores que ao lado de Carlos Lacerda no Jornal "Tribuna da Imprensa" combateu incessantemente o governo Getúlio. Isso ajuda a explicar a sua adesão ao golpe de 1964, logo que esse concretizou-se.<sup>75</sup> E.P.

Dinarte Mariz e Aluizio Alves ficaram como delegados do movimentos aqui no Estado.<sup>76</sup> E.P.

Aluizio e Dinarte que ocupava legendas distintas desde o rompimento entre os dois, estavam agora do mesmo lado, instituindo uma polarização entre ARENA "Vermelha" dos dinartistas e ARENA "Verde" dos Aluizistas.<sup>77</sup> E.d.

Segundo Alessandro Augusto de Azevedo

espaço  
dinartista

*"O dado importante a se notar deste momento na cena política local é que o movimento capaz de reunir dois adversários sob a mesma legenda não se inscreva apenas numa tentativa de sobrevivência de um a outro atores perante o novo ordenamento político ou numa capacidade*

<sup>72</sup> D.N. 01/04/64. p.3.

<sup>73</sup> MACHADO, João Batista. *Como se fazia governador durante o regime militar* p.80.

<sup>74</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 23.

<sup>75</sup> MACHADO, João Batista. *Política no atacado e a varejo : a memória da república no RN.* p.41.

<sup>76</sup> ALVES, op. cit., p.41.

*Li papel  
muito*

*de forças golpista em conjugar o apoio dos "coronéis" e setores "modernos" da burguesia. Para além disso, a trajetória tanto de Aluizio quanto de Dinarte evidenciam um liame: seus respectivos projetos políticos, formados na deslegitimação e obliteração das expressões políticas que escapam e/ou desafiam, a lógica bipolar constituinte da esfera política local (em especial as expressões oriundas e/ou articuladas a significativos segmentos das classes subalternas); e na redução do território da política e do poder do Estado." 78*

O desfecho do embate entre Aluizio e Dinarte culminou com a cassação dos direitos políticos de Aluizio em 1969. Dinarte usou de sua influência junto à linha dura para cassar Aluizio. Dinarte já havia feito uma primeira tentativa, logo após a instalação do regime de militar, mas não o conseguiu devido à amizade de Aluizio com o Presidente Castelo Branco.<sup>79</sup>

### 3.3 - As eleições de 1970: a era dos governadores "biônicos"

Nas eleições de 1970, a ARENA, foi a grande vencedora. No entanto já se podia perceber um crescimento do MDB principalmente nos centros urbanos do país.<sup>80</sup>

A campanha do MDB foi prejudicada diante das ameaças de cassações aos adversários do regime. Mesmo assim o MDB teve um acréscimo de 25 deputados, saindo de 65 para 95, pois apesar de ter eleito 132 deputados em 1966 as cassações reduziram em 1967 o número de deputados da oposição.<sup>81</sup>

O crescimento do MDB intimidou o governo que para evitar surpresas nas eleições de 1974, que deveriam ser diretas para governadores, promoveu uma emenda constitucional

<sup>77</sup> MACHADO, João Batista. Como se faz governador durante o regime militar. p.35-38.

<sup>78</sup> AZEVEDO, op. cit., p. 34.

<sup>79</sup> ALVES, op. cit., p.14.

<sup>80</sup> SADER, op. cit., p.12.

<sup>81</sup> Ibid., p. 15-16.

em 1972 tornando as eleições para governadores indiretas em 1974 adiando o pleito direto para 1978.<sup>82</sup>

No Rio Grande do Norte, a Assembléia Legislativa elegeu o primeiro governador biônico do ciclo que se seguiria. Em sessão solene na Assembléia legislativa 30 parlamentares da ARENA votaram em Cortez Pereira para governador e vice-governador Tercius Rebelo. Os sete parlamentares do MDB se abstiveram da eleição em sinal de protesto.<sup>83</sup>

Com a eleição indireta para governador, a disputa mesmo ficaria com as eleições proporcionais.

A ARENA potiguar perdeu espaço político. Mesmo elegendos Dinarte Mariz e Jessé Freire para o senado, e elegendos Vingt Rosado, Djalma Marinho, Grimaldi Ribeiro e Antônio Florêncio como deputados federais. Quem saiu fortalecido foi o MDB, pois elegeu dois deputados federais, Henrique Eduardo e Pedro Lucena, sendo o primeiro o mais votado do Estado. Além disso o MDB também cresceu 100% no legislativo estadual, passando de três para seis deputados eleitos.<sup>84</sup>

O MDB do RN havia sido fundado por Odilon Ribeiro Coutinho e aglutinava jovens lideranças políticas que pleiteavam um espaço no cenário político do Rio Grande do Norte.<sup>85</sup>

O MDB que antes apenas assistia Dinarte e Aluizio se degladiarem na política norte-riograndense, passava a ser peça importante no cenário político local. Isso se deveu a adesão do grupo "Aluizista" ao MDB depois da cassação de Aluizio.<sup>86</sup>

Além do filho de Aluizio, Henrique Eduardo Alves, migraram para o MDB Garibaldi Alves Filho, sobrinho de Aluizio e outros amigos do ex-governador, como Magnus Kelly, Iberê Ferreira de Souza e outros.<sup>87</sup>

Aluizio possuía profundas divergências com o fundador do MDB no RN desde 1966 quando combateu Odilon Ribeiro Coutinho então candidato ao senado, apoiando Duarte Filho.<sup>88</sup>

<sup>82</sup> Ibid., p.17.

<sup>83</sup> AIRTON, José. *A história das campanhas populares no RN*. p.100.

<sup>84</sup> TRINDADE, op.cit.

<sup>85</sup> AIRTON, op. cit. p. 113.

<sup>86</sup> Ibid.

<sup>87</sup> Ibid.

<sup>88</sup> MACHADO, João Batista. *De 35 ao AI-5*. p. 33.



De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral (T.R.E) foram eleitos para o Senado: Dinarte Mariz (ARENA) - 185.307, Jessé Pinto Freire (ARENA) - 173.331

### 3.4 - As eleições de 1974

O crescimento do MDB nos grandes centros do país criou uma grande expectativa neste partido com relação as eleições de 1974, que segundo o calendário dos militares deveriam ser diretas. No entanto, o temor de uma vitória do MDB levou os militares a lançarem mão de uma medida ~~constitucional~~ promovendo em 1972, uma emenda constitucional tornando as eleições para governadores indiretas, em 1974 e adiando o pleito direto para 1978.<sup>89</sup>

Nas eleições de 1974 os líderes da ~~ARENA~~ e a maioria dos observadores políticos apostavam em uma fácil vitória do partido do governo. Geisel estava tão certo disso que para surpresa de todos resolveu permitir a todos os candidatos o acesso relativamente livre a televisão.<sup>90</sup>

O eleitorado começou a perceber que através da eleição poderia ~~dar~~ uma resposta ao governo. Até a esquerda que antes zombava das eleições sentiu que poderia mandar o seu recado ao governo votando no MDB.<sup>91</sup>

O resultado das eleições foi surpreendente dando uma consagrada vitória ao MDB. A oposição elevou de 87 para 165 o número de cadeiras na Câmara e de sete para vinte no senado, enquanto a ~~ARENA~~ encolheu nas duas casas legislativas, de 223 para 159 na Câmara, e de 59 para 46 no senado perdendo ainda o controle das assembleias legislativas de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Acre e Amazonas.<sup>92</sup>

A vitória do MDB foi mais tarde reconhecida pelo próprio senador emedebista, Franco Montoro, como uma resposta ao antecessor de Geisel, o General Médice.

No Rio Grande do Norte, as eleições de 1974 cumpriram a Segunda etapa do ciclo de governadores biônicos. Atropelando uma lista de políticos locais, Tarcísio Maia foi o nome

<sup>89</sup> SKIDMORE, op. cit., p.297.

<sup>90</sup> Ibid., p.337.

<sup>91</sup> Ibid., p.337

<sup>92</sup> Ibid., p.338

escolhido pelos militares para governar o estado. Antes ainda se submeteria a uma eleição na assembleia, mas esta apenas homologaria a sua vitória.

A indicação de Tarcísio Maia se deveu a amizade que este possuía com o general Golbery de Couto e Silva e ao irmão João Agripino Maia, ex-ministro das Minas e Energia no governo Jânio Quadros e com bastante influência junto ao governo Militar.<sup>93</sup>

Na escolha de Tarcísio pela assembleia as lideranças do MDB, repetindo o jesto de 1970 na eleição de Cortes Pereira, abandonaram o plenário da Câmara no momento da votação. O deputado estadual Garibaldi Alves Filho fez questão de frisar que não se tratava de um ato contra Tarcísio Maia, mas contra o Processo de eleição indiretas.<sup>94</sup>

Tarcísio assumiu o governo pregando contra o radicalismo político e disposto a promover uma pacificação na política norte-rio-grandense.

Com as eleições para governador indiretas o embate político principal era transferido para a disputa por uma cadeira no Senado.

A disputa pelo senado em 1974 no Rio Grande do Norte foi uma das mais espetaculares da história política do Estado. A ARENA resolvera premiar com uma cadeira no senado um de seus melhores quadros políticos o deputado federal em cinco legislaturas Djalma Marinho. Djalma era o grande intelectual da ARENA no RN. No seu currículo político constava apenas uma derrota, para Aluizio Alves em 1960 numa disputa para governo do Estado. Essas credenciais davam a ARENA a certeza da vitória para o senado em 1974. Principalmente porque o candidato que o MDB escolhera para enfrentar Djalma na disputa pelo senado era um nome quase desconhecido no cenário político local. O ex-deputado estadual Agenor Maria que havia perdido a campanha para prefeito de Currais Novos ficando em quinto lugar.<sup>95</sup>

Agenor Maria foi o nome escolhido por Aluizio Alves depois que Odilom Ribeiro Coutinho, Pedro Lucena e Roberto Furtado, todos deputados do MDB se recusaram a entrar na disputa pela cadeira no senado, que no entendimento dos emedebistas, era mais uma aventura, frente ao franco favoritismo do candidato da ARENA.<sup>96</sup>

<sup>93</sup> MACHADO, João Batista. *Como se fazia governador durante o regime militar*. p.51

<sup>94</sup> Diário de Natal. 04/01/78 p.3.

<sup>95</sup> AIRTON, op. cit., p.116.

<sup>96</sup> Ibid., p.117.

Toda ou quase toda a campanha se desenvolveu com a perspectiva de uma vitória arrasadora do candidato da ARENA. Como atestam as notícias da campanha veiculadas pelo jornal Diário de Natal do dia 23 de outubro de 1974:

*D. Nunes* — Ed:

*"Após ter percorrido 46 municípios da zona Oeste, o futuro governador Tarcísio Maia declarou ontem que a vitória do deputado Djalma Marinho será tranqüila, a maior já alcançada por um candidato da ARENA no Rio Grande do Norte."*<sup>97</sup>

*"Djalma afirma que o RN fará o senador com a maioria mais expressiva alcançada até hoje."*<sup>98</sup>

Quando os votos começaram a ser contados a surpresa foi geral. Agenor havia vencido nas maiores cidades do estado com uma maioria capaz de suplantar a maioria obtida por Djalma no interior.<sup>99</sup> — Ep:

De acordo com o T.R.E os resultados foram os seguintes:

Para o Senado: Agenor Nunes de Maria; 212.834, Djalma Marinho; 191.849, votos em branco; 23.969, votos nulos; 16.976 Maioria pró Agenor Nunes de Maria, 20.986.

Para Deputado Federal - **MDB**, Asclepiades Fernandes e Silva ; 1.306, Francisco de Oliveira Rocha; 23.342, Pedro Lucena Dias; 37.327. Votos de legenda; 2.865, total deste partido: 138.472.

Para Deputado Federal - **ARENA** , Vingt Rosado ; 49.737 , Ney Lopes de Souza; 36.936 , Grimaldi Ribeiro; 22.982, Ulisses Potiguar ; 24.279 , Álvaro Coutinho da Motta; 9.184, Wanderley Mariz ; 52.759 , Antônio Florêncio ; 35.594 , votos de legenda ; 2.586 e total deste partido; 234.097.

Para Deputado Estadual - **MDB**: Antônio Suassuna Barreto; 2.999 , Manoel Moreira da Silva; 3.184, João Agripino da Silva; 7.945, Luís Lopes da Silva Sobrinho; 8.666, Vicente Barbosa de Souza Neto; 1.744, Carlos Alberto de Souza; 27.777, Iberê Ferreira de

<sup>97</sup> D.N. 23/10/1974 p. 3.

<sup>98</sup> D.N. 23/10/1974 p. 3.

<sup>99</sup> AIRTON, op. cit.

Souza; 10.975, Olavo Montenegro; 8.252, Magnus Kelly; 9.200, Roberto Furtado ; 8.267, Josias Mariano de Souza; 159, Francisco de Assis Amorim; 8.552, Antônio Severiano Câmara; 8.565, Pedro Gurgel Diniz; 1.266, José de Assis Sobrinho; 4.334, Manoel Mário de Oliveira; 4.334, votos só de legenda; 2.774, total deste partido: 137.536.

Para Deputado Estadual - **ARENA**: Vivaldo Costa; 15.593, Gilberto Barros Lins; 4.407, Nelson Montenegro; 8.172, Sílvio de Santana Abrantes; 2.661, Márcio Marinho; 18.382, Nelson Queiroz; 9.193, Demócrito de Souza; 11.650, José Edson Monteiro; 4.428, João da Mata Toscano; 6.231, Paulo Gonçalves Medeiros; 7.362, José Josias Fernandes; 5.324, José Dantas Cortez; 4.982, Francisco de Oliveira Cabral; 2.239, Manoel Eugênio Neto; 1.918, José Patrício Figueredo Júnior; 14.335, Alcimar Torquato de Almeida; 12.995, Theodorico Bezerra; 9.111, Jeronimo Santos de Oliveira; 7.269, Willi Saldanha; 8.229, Luiz Antônio Vidal. 8.556, Marcício Furtado; 9.677, Dalton Barbosa Cunha; 12.489, Maria das Vitórias; 3.844, Gerônimo Santos Queiros ; 6.089, Ubaldo Fernandes Neto; 4.121, Edilson Lima; 995, Silvino Filho; 3.766, João Newton da Escossia; 10.954, Dari Dantas; 9.554, Adjuto Dias; 9.973, votos de legenda; 2.973 e total deste partido: 238.084.

~~30~~ 30 dias depois de ~~Ter~~ divulgado os resultados finais, o Tribunal Regional Eleitoral diplomou os vencedores do pleito eleitoral.

Para o Senado: **MDB** - Agenor Nunes Maria. Para Deputado Federal: **MDB** - Henrique Eduardo Alves, Pedro Lucena e Francisco Rocha. Pela **ARENA** - Ney Lopes de Souza, Vingt Rosado, Wanderley Mariz, Ulisses Bezerra Potiguar. Para Deputado Estadual: **MDB** - Luiz Lopes Sobrinho, Garibaldi Alves Filho, Carlos Alberto de Souza, Iberê Ferreira de Souza, Olavo Montenegro, Maguns Kelly, Roberto Furtado, Francisco de Assis Amorim Freitas, Antônio Severiano da Câmara. Para Deputado Estadual: **ARENA** - Marcio Marinho, Dalton Cunha, José Patrício Júnior, Theodorico Bezerra, Nelson Queiroz, Demócrito de Souza, Nelson Montenegro, Willi Saldanha, Luiz Antônio Vidal, Marcílio Furtado, João Newton da Escossia, Dary Dantas, Adjunto Dias e Alcimar Torquato de Almeida.

A derrota da **ARENA** no Rio Grande do Norte para um candidato que antes do resultado era tido como um azarão, possuiu a mesma explicação que serviu para a derrota no plano nacional. Com apenas dois partidos, o do governo e o da oposição as eleições tornaram-se plebiscitárias e os eleitores do Rio Grande do Norte, seguindo o exemplo de eleitores de outros estados do Brasil, aproveitaram as eleições para mandar o seu recado ao regime.

Quatro anos mais tarde, na campanha de 1978, o ex-governador Cortes Pereira acusou Tarcísio Maia de ter sido o grande responsável pela derrota de Djalma para Agenor. Pois de tudo fez para que ele Cortes não participasse da campanha afirmando que Djalma ganharia com maioria superior a 120.000 votos.<sup>100</sup>

### 3.5 - A paz pública

A "Paz pública" foi o nome dado ao mais espetacular arranjo político feito pela oligarquia norte-rio-grandenses no período da transição democrática nesse Estado.

Em 1978 dois dos principais líderes políticos do RN resolveram unir os seus grupos inaugurando uma nova etapa na política do RN. O acordo que uniu Tarcísio Maia e Aluizio Alves tinha por objetivo reeleger Jessé Pinto Freire candidato da ARENA ao senado.<sup>101</sup>

Desde 1974 quando foi eleito indiretamente governador do RN Tarcísio defendia uma pacificação da política norte-rio-grandense.<sup>102</sup>

O pacto "Arenebista" como ficou conhecido o acordo entre Aluizio Alves e Tarcísio Maia, se fez em um momento em que Aluizio Alves ainda estava com os seus direitos políticos cassados, mas usando a legenda do MDB para onde migrara juntamente com sua família e seus amigos mais fiéis após a sua cassação, Aluizio continuava a dar as cartas na política do RN.

Para eleger Jessé, Aluizio agia nos bastidores tentando transformar a legenda do MDB em uma sublegenda da Arena. Trabalhava juntamente com Henrique Alves pela desarticulação das candidaturas emedebistas ao senado tentando impor nomes mais fracos eleitoralmente que fosse incapazes de fazer frente a candidatura de Jessé.<sup>103</sup>

Para isso Aluizio passou a tramar contra os candidatos ao senado apresentados pelo MDB, Francisco Rocha e Radir Pereira. Apesar dos esforços de Aluizio o MDB acabou confirmando as candidaturas de Radir e Rocha na sua convenção.<sup>104</sup>

<sup>100</sup> D.N. 24/10/1978 p. 3.

<sup>101</sup> D.N. 01/09/1978 p.

<sup>102</sup> TRINDADE, op. cit., p.59.

<sup>103</sup> AIRTON, op. cit., p.120.

<sup>104</sup> D.N. 05/09/78 p. 3.

Paz Pública; Aluizio — Tarcísio  
34

Perdida a batalha nos bastidores, Aluizio passou a participar ao lado de Tarcísio na campanha do candidato Arenista. Mesmo cassado participava normalmente dos comícios onde apresentava aos seus correligionários as razões do apoio ao candidato da ~~Alves~~ ~~Alves~~ ao senado.<sup>105</sup> EP  
E(1)

Em visita a Natal, onde veio participar da campanha de Radir Pereira e Francisco Rocha, o deputado gaúcho Paulo Brosard, depois de assistir a um comício em que Aluizio participara, disse que ia tentar criar um movimento nacional em defesa da participação dos políticos cassados pela “Revolução de 64”, em atos públicos.<sup>106</sup> ————— (H)

Ao participar de atos públicos ferindo a legislação de exceção, Aluizio Alves não estava correndo nenhum risco. Para ele foi conseguido um “sinal verde” a pretexto de que somente com a sua movimentação seria possível a ~~Alves~~ ~~Alves~~ conseguir a vaga direta no senado.<sup>107</sup> ————— (H)

Se para os Maia o acordo garantia a ausência de uma oposição que poderia ser feita pelos Alves, para os Alves ele tinha a finalidade de abrir caminho a candidatura de Aluizio ao governo do estado nas eleições diretas de 1982.<sup>108</sup>

Para Alessandro Augusto de Azevedo, a “paz pública reeditou a velha dialética oligárquica em que os conflitos entre os grupos políticos dominantes são mediados por um acordo, uma acomodação de espaços que permite a vencedores e vencidos manterem-se hegemônicos no interior da estrutura do poder”.<sup>109</sup>

### 3.6 - O MDB e a ala dos “autênticos”

O acordão entre Aluizio e Tarcísio inaugurou uma nova etapa de radicalismo político no cenário local. Desta feita não mais entre Aluizio e Dinarte, mas entre o grupo de Aluizio e a ala dos “autênticos,” nome dado ao grupo do MDB que não aderiu a paz pública preferindo apoiar as candidaturas do próprio MDB ao senado: Radir Pereira e Francisco Rocha.

ala dos “autênticos”

<sup>105</sup> D.N. 26/09/78 p.3.  
<sup>106</sup> D.N. 11/07/78 p.12.  
<sup>107</sup> D.N. 13/09/78 p.5.  
<sup>108</sup> D.N. 12/07/78 p.16.  
<sup>109</sup> AZEVEDO, op. cit.

Os autênticos buscavam através de acusações a Aluizio e Tarcísio demonstrar o caráter oportunista da paz pública classificando esta como uma desmoralização.<sup>110</sup>

Na ala atos autênticos destacava-se a figura de jovem deputado estadual Carlos Alberto de Souza. Carlos Alberto era radialista e possuía programas de grande audiência em Natal. Apesar de trabalhar em uma empresa do grupo Alves, a rádio Cabugi, possuía brilho próprio na política norte-riograndense, sendo considerado por muitos como uma liderança emergente capaz de substituir Aluizio Alves no comando político local. Carlos Alberto era apontado inclusive como provável candidato ao governo nas eleições de 1982. — EP,

O acordo e a pretensão de Aluizio de se candidatar ao governo em 1982, levou Carlos Alberto a romper com Aluizio Alves acusando-o de fisiologista e de tentar chegar ao governo através de negociações.<sup>111</sup>

A briga entre os autênticos e o grupo aluizista culminou com um pedido de intervenção no diretório estadual do MDB feito por 56 parlamentares emedebistas junto ao presidente nacional do MDB, Ulisses Guimarães. Onde 56 senadores e deputados entendiam o apoio de Aluizio a Jessé como uma desmoralização para o partido da oposição.<sup>112</sup>

Não resistindo a pressão dos autênticos Henrique renunciou a presidência do MDB deixando em seu lugar o deputado estadual Magnus Kelli, amigo de Aluizio.<sup>113</sup>

### 3.7 - As eleições de 1978

O crescimento do MDB após as eleições de 1974 não constavam no projeto de abertura elaborado pelos militares. As eleições que estavam por vir, as de 1978 poderiam, no entendimento do governo, complicar ainda mais o processo de abertura política caso se confirmasse a tendência de um crescimento ainda maior da oposição. O governo estava portanto, diante de um problema deveria impedir que o **MDB** saísse fortalecido das eleições que se aproximavam. Como não dispunha de votos suficientes para aprovar uma emenda constitucional o governo utilizou-se do AI-5 para modificar a constituição: fechou o congresso em 01 de abril de 1977, e lançou o “pacote de abril” que possuía cinco pontos fundamentais:

<sup>110</sup> D.N. 02/09/78 p.8

<sup>111</sup> D.N. 01/09/78 p.8

<sup>112</sup> D.N. 17/10/78 p.11

- a) O mandato do presidente da República seria de seis anos;
- b) Os governadores serão eleitos indiretamente, por deputados estaduais e delegados das Câmaras de vereadores;
- c) Um em cada três senadores será eleito indiretamente (os chamados “biônicos”);
- d) A constituição poderá mudar com quórum de maioria simples ;
- e) A lei falcão passará a ser aplicadas a todas as eleições diretas.

A lei Falcão impedia o acesso dos candidatos a propaganda limitando inclusive o acesso ao rádio e a televisão.<sup>114</sup> — Ep

A campanha eleitoral para a presidência em 1978 ganhou um atrativo com decisão do MDB de concorrer ao processo com sua própria chapa que apresentava como candidato a presidente o General Euler Bentes Monteiro, ex-diretor da SUDENE e, como vice-presidente, o senador gaúcho Paulo Brosard.<sup>115</sup>

Alguns emedebistas achavam que o partido não deveria participar da eleição que isto daria legitimidade a uma ordem ilegítima.<sup>116</sup>

Como já era esperado, a ARENA elegeu Figueiredo e Aureliano Chaves em 14 de outubro de 1978 por 355 a 256.<sup>117</sup> — E D

As eleições de 1978 no Rio Grande do Norte foram marcadas pela arranjos políticos das lideranças locais.

“A paz Pública”, como ficou conhecido o acordo entre Aluizio e Tarcísio, deflagrou uma crise nos dois partidos ARENA e MDB. Cada liderança política se organizou de acordo com os seus interesses pouco importando a legenda a que pertenciam.

As divisões intra - partidárias , as divergências entre as lideranças, as acusações de ambos os lados, e até mesmo ameaça de intervenção no diretório estadual de um dos partidos, tornaram o pleito bastante confuso para o eleitor.<sup>118</sup>

<sup>113</sup> Diário de Natal 17/10/78 p.12

<sup>114</sup> CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República brasileira* : preâmbulo de uma nova era. p.59.

<sup>115</sup> SKIDMORE, op. cit., p.394.

<sup>116</sup> Ibid., p.395.

<sup>117</sup> Ibid., p.395.

<sup>118</sup> D.N. 26/10/78 p.3.



Na escolha do candidato ao governo que seria eleito indiretamente surgiu a primeira discórdia no partido governista. Como era de praxe, quando se aproximava a eleição cabia ao governador apresentar uma lista sextupla de onde sairia o nome que iria sucedê-lo.<sup>119</sup>

No entanto, Dinarte Mariz exigia que fosse levado ao planalto apenas um nome: Dix-huit Rosado. Tarcísio não concordou e enviou a lista Sêxtupla na qual além do nome de Dix-Huit Rosado constava outro nome de peso, o do secretário de saúde do governo Tarcísio Maia - Lavoisier Maia, primo de Tarcísio.<sup>120</sup>

Para surpresa de ninguém o nome escolhido foi o de Lavoisier Maia. A escolha de Lavoisier representava também o terceiro veto a candidatura Dix-Huit Rosado ao governo do estado e o rompimento dos Rosado com os Maia na campanha de 1978.

Dix-Huit responsabilizou Tarcísio Maia pelo veto ao seu nome e lançou-se candidato ao governo nas eleições diretas de 1982.<sup>121</sup>

Com a escolha de Lavoisier e a homologação da Assembleia Legislativa a seu nome, encerrava-se o ciclo dos governadores biônicos no estado. Novamente a disputa se concentrava na escolha dos candidatos para o pleito legislativo.

Em um clima de disputa interna entre o grupo Aluizista e a ala dos autênticos, o MDB realizou a sua convenção onde foram homologados as candidaturas para o senado.

Saíram candidatos, Radir Pereira, Francisco Rocha, Paulo Barbalho e Olavo Montenegro. Aluizio ainda convenceria Paulo Barbalho e Olavo Montenegro a renunciarem as suas candidaturas e apoiarem Jessé Pinto Freire, candidato da ARENA.<sup>122</sup>

A ARENA lançou Jessé Pinto Freire, José de Souza Martins Filho e Álvaro Coutinho da Mota.

A disputa ficou entre Jessé e Radir e foi uma das mais equilibradas disputas pelo senado. Jessé possuía o apoio de Tarcísio e Aluizio, mas Radir saíra bastante fortalecido da convenção do MDB onde havia derrotado o grupo Aluizista que trabalhara arduamente contra o seu nome.<sup>123</sup>

<sup>119</sup> MACHADO, João Batista. *Como se fazia governador durante o regime militar*. p.63.

<sup>120</sup> Ibid., p.65.

<sup>121</sup> D.N. 19/09/78 p.3.

<sup>122</sup> AIRTON, op. cit., p.121

<sup>123</sup> D.N. 21/10/78 p.3

Os dois candidatos possuíam em comum o grande poderio econômico. Jessé representava a Wokswaguem em Natal enquanto que Radir representava a mesma fábrica em Currais Novos.<sup>124</sup>

O abuso de poder econômico por parte dos dois candidatos, levou a imprensa a oficializar uma denúncia junto ao T.R.E, mas sem sucesso.<sup>125</sup>

A campanha se desenvolveu com a troca de acusações entre os grupos discidentes. Os autênticos não economizaram nas denúncias ao pacto "Arenebista" como era apelidada a "paz pública."<sup>126</sup>

Em comício realizado em caicó no dia 24 de outubro de 1978. Dinarte Mariz retirou o apoio a Jessé. Dinarte já estava insatisfeito com os seus correligionários desde a decretação da paz pública quando teve que aceitar o seu desafeto Aluizio Alves no mesmo palanque apoiando Jessé.<sup>127</sup>

A decisão de Dinarte embolou ainda mais o quadro partidário no Rio Grande do Norte. O pleito de 1978 tornou-se bastante confuso para o eleitor que em meio a tanta negociata das lideranças políticas já não podia mais orientar o seu voto de acordo com a legenda dos candidatos.

É sobre a confusão criada pelos políticos norte-riograndenses na campanha de 1978, que o jornalista Ricardo Rosado de Holanda escreve um artigo no Diário de Natal do dia 27/10/78 entitulado: "Política no Estado é samba de crioulo doido".

*"Legalmente existem no Brasil apenas dois partidos: Arena e MDB. Na prática, no RN, cada partido tem três subdivisões. Agora são três ARENAs e três MDBs. O ex-governador Aluizio Alves lider intelectual da oposição até 1974 por causa de um acordo feito com o governador Tarcísio Maia não apoia os candidatos do MDB e sim os da ARENA.*

*apoiado  
hmp/kl*

<sup>124</sup> D.N. 20/09/78 p.8

<sup>125</sup> D.N. 20/09/78 p.8

<sup>126</sup> D.N. 15/09/78 p.8

<sup>127</sup> D.N. 25/10/78 p. 3

*...Dinarte Mariz e Wignht Rosado apoiam o candidato do MDB Radir Pereira, os dois parlamentares são da ARENA.*

*...Do lado do MDB a confusão não é menor os deputados estaduais Magnus Kelli, Iberê de Souza, Luiz Sobrinho e outros eleitos pelo MDB e candidatos a reeleição pelo mesmo MDB, caíram em campo para pedir voto para Jessé Freire da ARENA... A confusão não fica só ai e as siglas? Tem mais de mil siglas. Tem arenebê, tem o partido dos traidores (dos dois lados); tem ARENA VERDE. Tem ARENA Vermelha; tem partidos radicais (de um lado e do outro); tem os autênticos; tem os moderados; tem os fisiológicos; tem cruzada da esperança. Quer mais? Quem duvida que existem UDN, PSD, PTB etc só não tem declaradamente o PC.*

*Apesar de todas estas siglas, partidos e outras coisas, só existem dois programas: uns querem ficar no governo e outros querem ficar contra. Estes últimos são bem menos."*

128

Em meio aos arranjos e as trocas de acusações que deram o tom da campanha, Jessé Freire candidato da Arena era acusado de votar contra a lei que garantiu o 13º salário ao trabalhador da rede privada, Radir era acusado de distribuir televisores coloridos aos cacifes eleitorais em troca do apoio destes.<sup>129</sup>

Apesar da disputa ter se mantido equilibrada até a reta final,<sup>130</sup> a força do Aluizismo na capital somado ao poder eleitoral do governo no interior, decidiram a eleição em favor do candidato da ARENA Jessé Pinto Freire.

<sup>128</sup> D.N. 27/10/78 p.11

<sup>129</sup> D.N. 06/10/78 p.7

<sup>130</sup> D.N. 05/11/78 p.3

De acordo com o T.R.E (Tribunal Regional Eleitoral) os números foram os seguintes:

Para Senador:

**ARENA** - Jessé Pinto Freire; 233.087, José Martins Filho; 32.604, Alvaro Mota; 18.745. Pelo **MDB**, Radir Pereira; 169.415, Francisco de Oliveira Rocha; 36.641. Votos em branco; 32.645, e votos nulo; 39.955. Para Deputado Federal - **MDB**: José Daniel Diniz; 8.852, Helder Fábio Pinto Dias; 2.089, Pedro Lucena Dias; 18.862, Henrique Alves; 67.203, José Josildo Belmont; 11.651, José Luiz da Silva; 800, Carlos Alberto de Souza; 54.457, Leodécio Fernandes Néo; 16.380. Votos de legenda; 4.182 e o total deste partido; 185.447.

Aliança Renovadora Nacional - **ARENA** - Vingt Rosado; 44.743, Djalma Aranha Marinho; 32.172, Ulisses Bezerra Potiguar; 29.260, Wanderley Mariz; 54.413, Romualdo Ferreira Dias; 2.022, e Antônio Florêncio Queirós; 32.899. Votos só de legenda; 2.977 total deste partido; 268.998.

Para Deputado Estadual - Vivaldo Costa; 14.634, Ana Gonçalves Neto; 6.843, Nelson Borges Montenegro; 7.294, Pablo Nilo Rocha Quintola; 1.811, Márcio Djalma Cavalcanti Marinho; 10.923, Nelson Queirós dos Santos; 12.301, Demócrito de Souza Paiva; 8.819, Rui Pereira Junior; 12.557, Paulo Gonçalves de Medeiros; 11.027, José Fernandes Queirós; 4.946, Raimundo Hélio Fernandes; 9.129, Francisco de Assis Pessoa; 1.421, José Patrício Figueiredo Júnior; 14.173, Alcimar Torquato de Almeida; 10.406, Theodorico Bezerra; 11.479, Gerson Luiz Cabral de Araújo; 437, Willi Saldanha; 11.403, Marcílio Furtado; 12.621, Carlos Augusto Rosado; 20.069, Onézimo Fernandes Maia; 10.257, Paulo Lopo Saraiva; 4.171, Gilvan Francisco Carlos; 6.408, Deodato Dantas; 443, Gilberto Barros Lins; 9.751, José Oliodoro de Oliveira; 4.259, Cortez Junior; 7.727, Francisco de Oliveira Cabral; 1.964, Dary Dantas; 12.415, Moacir Xavier Cunha; 5.229, Adjuto Dias de Araújo; 5.730. Votos só de legenda; 3.054, total deste partido; 267.481.

Para Deputado Estadual - **MDB** - Paulo de Tarso; 11.261, João Agripino da Silva; 6.816, Luiz Lopes da Silva Sobrinho; 3.271, João Dias Lucena; 2.169, Garibaldi Alves Filho. 15.682, Otávio Osvaldo Garcia; 10.105, Gilberto Rodrigues da Silva; 2.524, Francisco de Assis Freitas Amorim; 8.852, Antônio Severiano da Câmara; 10.840, José Dantas Cortez; 11.572, Manoel Mário de Oliveira; 6.657, Ivo Ferreira Santos; 999, Jeová Carneiro Alves; 10.036, José Josias Fernandes; 8.839, Washington Luiz Fernandes; 1.903, Antônio Maia Lucena; 132, Manoel Montenegro Neto; 9.922, Joaquim Inácio Carvalho Neto; 7.947, Herval Tavares; 3.973, Eustáquio José de Andrade Lucena; 12.161, João Garcia Vieira; 367. Votos só de legenda; 4.854 e votos total deste partido; 174.650.

O pleito de 1978 produziu uma nova composição no cenário político local, pois representou o fortalecimento de dois grupos políticos: o liderado por Aluizio Alves e o grupo Tarcisista. Tarcísio Maia almejava a herança política de Dinarte Mariz, Aluizio Alves pretendia trilhar o caminho de uma oposição moderada ao governo federal, mas mantendo a aliança com Tarcísio Maia na política local.<sup>131</sup>

O grande derrotado nas eleições de 1978 foi mesmo o senador Dinarte Mariz. Dinarte após a eleição de 1978, perdeu o comando do partido governista no estado.

A derrota de Radir Pereira em redutos eleitorais Dinartistas colocou em cheque a liderança política do velho coronel.<sup>132</sup>

### 3.8 - A extinção do bipartidarismo;

Em novembro de 1979 o governo resolveu extinguir o bipartidarismo no Brasil. Uma nova lei partidária deveria tornar possível uma alternância sem grandes riscos aceitável pelos militares com a condição de que a oposição fosse dividida ou melhor atomizada.<sup>133</sup>

Com essa medida o governo pretendia concentrar num único partido as forças favoráveis a ele e fragmentar as oposições que, embora divergentes entre si atuavam em torno do **MDB**.<sup>134</sup>

<sup>131</sup> TRINDADE, op. cit., p.53

<sup>132</sup> Ibid., p.55 - 56

<sup>133</sup> ROUQUIÉ, Alan. *O estado militar na América latina*. p.269.

<sup>134</sup> Ibid., p.270.

A fragmentação da oposição permitiria ao partido governista conquistar parte dos governos estaduais nas eleições de 1982, que de acordo com o que o congresso aprovava em novembro de 1980, seriam diretas.<sup>135</sup>

O fim do bipartidarismo favoreceu o surgimento de novos partidos. A Aliança renovadora Nacional (ARENA) mudou seu nome para Partido Democrático Social (PDS) agrupando os setores mais conservadores. O MDB transformou-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e contou com os setores liberais, facções conservadoras e, durante um período, com a esquerda tradicional. Em torno do Partido dos Trabalhadores (PT), reuniram-se aqueles que acreditavam em novas alternativas socialistas.

Antigos políticos conservadores ligados ao trabalhismo ou mesmo aos movimentos de esquerda anteriores a 1964, formaram seus partidos. Entre eles Magalhães Pinto e Tancredo Neves, que criaram o Partido Popular (PP), pouco depois absorvido pelo PMDB. Ivete Vargas ressuscitou o partido trabalhista brasileiro (PTB) e Leonel Brizola fundou o partido Democrático Trabalhista (PDT).<sup>136</sup>

Embora, a princípio, a reforma partidária não admitisse a legalização dos partidos de esquerda, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) ~~foi~~ finalmente reconhecido.<sup>137</sup>

Apesar da divisão da oposição em vários partidos, o governo ainda não estava seguro da vitória nas eleições de 1982. Em novembro de 1981, Figueiredo enviou ao congresso um pacote contendo novas medidas para fortalecer a posição do PDS. Essas medidas incluíam a proibição da aliança entre os partidos, a exigência de que os partidos apresentassem candidatos a todos os cargos eletivos e a vinculação do voto, isto é, o eleitor seria obrigado a votar em candidatos de mesmo partido.<sup>138</sup>

<sup>135</sup> SADER, op. cit., p.34.

<sup>136</sup> SKIDMORE, op. cit., p.429.

<sup>137</sup> SADER, op. cit., p.35.

<sup>138</sup> Ibid., p.36.

### 3.9 - A reforma partidária no RN e o fim da paz pública

A reorganização partidária de 1979 já dava indícios de um possível desmonte da aliança entre Tarcísio Maia e Aluizio Alves que havia sido vitoriosa em 1978.

A organização do partido que sucederia a ARENA ficou a cargo de Lavoisier Maia. O partido Democrático Social (PDS) contava com alguns quadros da antiga ARENA acrescidos de alguns antigos emedebistas.

Aluizio optou por entrar no (PP) Partido de oposição nacional complicando ainda mais a aliança entre Alves e Maia.<sup>139</sup>

O fim da paz pública ocorreu quando Tarcísio Maia manifestou a sua pretensão de fazer do seu filho, José Agripino Maia, então prefeito biônico de Natal, o terceiro Maia a governar o estado. Essa decisão de Tarcísio se chocava com os interesses de Aluizio que também pretendia ser candidato ao governo.<sup>140</sup>

Desfeita a aliança entre Aluizio e Tarcísio, Dinarte Mariz reaproximou-se dos Maia. Aluizio voltou para o PMDB, pois o PP tivera vida curta, no entanto Aluizio ainda enfrentaria no PMDB uma forte oposição daqueles que há quatro anos haviam resistido a “paz pública”<sup>141</sup>

Com o quadro se delineando para uma nova polarização política, dessa vez entre Alves e Maia o único fato novo na política local ficava por conta da entrada do PT (Partido dos Trabalhadores), no cenário local.

O PT se organizou no estado, em torno de Militantes de organizações que vinham da clandestinidade do regime militar. Da fundação participaram militantes dos organismos de base da igreja, alguns militantes do Movimento Sindical rural e militantes do movimento estudantil e docente da UFRN.<sup>142</sup>

---

<sup>139</sup> TRINDADE, op. cit., p.55.

<sup>140</sup> Ibid., p.56.

<sup>141</sup> Ibid., p.57.

<sup>142</sup> AZEVEDO, op. cit., p.62

### 3.10 - As eleições de 1982: o povo volta a escolher seus governadores

Nas eleições legislativas e para governador de 1982, confirmou-se a expectativa da oposição. A vitória da oposição se deu principalmente com o PMDB que venceu nos principais estados da Federação. (São Paulo, Minas Gerais, Paraná).<sup>143</sup>

No Rio de Janeiro Leonel Brizola (PDT) foi eleito governador, gerando uma grande expectativa nos meios políticos, pois era considerado um “esquerdista incendiário” pelos militares.<sup>144</sup>

Na Câmara Federal, a oposição passou a contar com cinco deputados a mais do que o governo, mas no senado (graças ao poder do governo em nomear os senadores “biônicos”, ou seja, escolhidos exclusivamente por indicação). O PDS tinha o dobro das cadeiras o que garantia ao governo a maioria no colégio eleitoral para presidente. Em números absolutos de votantes a oposição levava uma grande vantagem em relação ao governo<sup>145</sup>.

Em 1982 o povo voltava a escolher os seus governadores, mas no Rio Grande do Norte não havia grandes expectativas com relação a alguma mudança na política local.

No centro da cena política continuavam os mesmos atores políticos de embates e de arranjos políticos anteriores a 1982.

Em julho de 1982 foram homologadas as chapas do PMDB e do PDS que concorriam a eleição. O PDS concorreria com José Agripino Maia e o PMDB com Aluizio Alves.<sup>146</sup>

O PT tentou inicialmente convencer Roberto Furtado - advogado considerado “progressista” pela sua luta em defesa dos presos políticos do regime militar e militante histórico do MDB, a se filiar ao PT na perspectiva de sua candidatura a governador. Roberto Furtado recusou alegando que tinha compromissos com o PMDB. Diante da recusa de Roberto Furtado, o PT concorreu as eleições de 1982 para governador com o Jornalista e ex-exilado político Rubens Lemos.<sup>147</sup>

<sup>143</sup> SKIDMORE. op. cit., p.154.

<sup>144</sup> SADER, op. cit., p.32.

<sup>145</sup> SKIDMORE, op. cit., p.154.

<sup>146</sup> TRINDADE, op. cit., p.57.

<sup>147</sup> AZEVEDO, op. cit., p.65.

<sup>148</sup> TRINDADE, op. cit., p. 56



Diante das dificuldades estruturais do PT na campanha, o pleito de 1982 a exemplo dos anteriores seria decidido entre dois grupos tradicionais.

Os Alves e os Maia antes aliados, agora estavam em campos opostos disputando o voto do eleitor norte-rio-grandense.

Com a reaproximação entre Dinarte Mariz e Tarcísio Maia, Aluizio tentou dividir as hostes adversárias buscando o apoio dos Rosado.<sup>148</sup>

Geraldo Melo, vice-governador de Lavoisier Maia, indicado quatro anos antes por Aluizio, declarou o seu apoio ao candidato do PMDB, sendo acusado de traidor por Tarcísio Maia.<sup>149</sup>

O ex-“autêntico” Carlos Alberto ingressou no PDS sendo candidato ao senado.<sup>150</sup>

A campanha se desenvolveu com trocas de acusações de ambos os lados como já era tradicional. Também não faltaram os acordos de bastidores que serviam para apimentar a campanha e confundir o eleitor.

Em Mossoró os Rosado fizeram um acordo no qual houve uma troca de “voto camarão” (os Rosado não votariam em Agripino para governador), e o voto cinturão (os Aluizistas não votariam no candidato a prefeito do PMDB). Os peemedebistas deixariam de votar em João Batista candidato do PMDB para votar em Dix-Huit Rosado candidato do PDS, enquanto os Rosado pregariam o voto nulo na cabeça da chapa o voto “camarão”. Com a lei do voto vinculado os Rosado não poderiam votar em Aluizio.<sup>151</sup>

Concorreram as eleições de 1982, 5.150 candidatos entre prefeitos vice-prefeitos e vereadores nos 151 municípios do estado. O PDS apresentou 277 candidato a prefeito, 272 a vice e 2.455 vereadores. O PMDB apresentou 214 candidatos a prefeito e 203 a vice e 153 candidatos a vereadores.

O PT apresentou 27 candidatos a prefeito e 27 a vice prefeito. O PTB apresentou 20 nomes a prefeito e 20 a vice prefeito e 30 a Câmara municipal.<sup>152</sup>

<sup>149</sup> D.N. 04/11/82 p. 3.

<sup>150</sup> O Poti 07/11/82 p.11.

<sup>151</sup> D.N. 14/11/82 p. 3.

<sup>152</sup> O Poti 14/11/82 p.3.

Anexo!

De acordo o boletim final do Tribunal Regional Eleitoral, liberado no dia 7 de dezembro de 1982 e publicado do Diário Oficial do dia seguinte, eis os resultados para governador, senador deputados federais e estaduais.

Para governador: José Agripino Maia 389.671, Rubens Lemos 3.207, Vicente Cabral 441 e Aluizio Alves 283.366. Votos em branco 56.450, nulos 1.218 e total de votantes 748.854.

Senador: Carlos Alberto de Souza 303.291, Ulisses Bezerra Potiguar 77.869, Eliziel Barbosa da Silva 2.950, José Antônio Duda Rocha 414, Roberto Furtado 128.695, Odilon Ribeiro Coutinho 123.705 e Olavo Montenegro 12.334.

Deputado federal pelo PDS: Vingt-Rosado 43.419, Jessé Pinto Freire Filho 68.972, Francisco de Oliveira Rocha 299, Antônio Filgueira de Oliveira 8.937, Wanderley Mariz 63.153, Ronaldo Ferreira Dias 190, Leodécio Fernandes Néó 13.339, João Faustino 75.878, Ana Maria Cavalcanti 23.839, Antônio Florêncio Queiroz 46.994 e Iberê Ferreira de Souza 42.479. Pelo PT: Paulo Afonso Linhares 907, Ademir Lemos Neves 702 e Cezário Batista da Cruz 449. Pelo PTB tivemos Felinto Rodrigues Neto 494. Pelo PMDB: Agenor Nunes de Maria 25.178, Eustáquio Lucena 19.076, Henrique Eduardo Alves 102.005, Gileno Guanabara de Souza 10.365, Erivan Santiago França 17.334, François Silvestre Alencar 17.868, Antônio Câmara 39.975 e João Frederico Abbot Balvão 15.116.

Para deputado estadual pelo PDS: José Adécio 8.691, Vivaldo Costa 20.409, Leônidas Ferreira 24.040, Edgar Borges Montenegro 8.709, Getúlio Rego 15.037, Márcio Marinho 15.761, Nelson Queiroz 19.846, Leônidas Arruda Câmara 11.327, Rui Pereira Júnior 9.915, Oséas Carlos 2.096, Rui Barbosa 17.488, Antônio Rodrigues de Carvalho 4.096, Otávio Gracia 3.103, Raimundo Hélio Fernandes 9.789, Fernando Henrique de Siqueira 9.789, Nelson Silveira Vasconcelos 3.661, Raimundo Fernandes 16.506, Kléber Bezerra 15.774, Bitamar Bezerra Barreto 9.194, Willi Saldanha 13.620, Manoel do Carmo 20.324, José Marcílio Furtado 17.176, Carlos Augusto Rosado 19.678, José Anchieta Fernandes 9.573, Francisco Aires Pessoa 1.330, Gilberto Edinor Cabral Avelino 2.281, Jeová Alves 10.801, João Newton da Escóssia 9.550, Dary Dantas 7.826, Amaro Marinho 11.260, Firmino Gomes de Castro 7.334, José Lúcio Bibeiro Filho, 4.741, Cledionor Mendonça 8.260, José Fernandes Queiros 13.446, Hélio Câmara Castro 6.151. Votos de legenda 1.973 e total deste partido 383.829.

Pelo PT: Lauro de Almeida 225, Lincoln Morais de Souza 366, Joaquim Crispiniano Neto 1.460, Arnaldo Rodrigues Sobrinho 139, Francisco Pedro Fernandes da Silva 506, votos de legenda 24 e total deste partido 2.850.

Pelo PTB, Antônio Ribeiro Cruz 163, Célio Capistrano 110, Antônio Ulisses de Carvalho 14 e Domingos Barbosa Peixoto 101. Votos de legenda 60 e total deste partido 448.

Pelo PMDB, Antônio Fernandes Pimenta 282, Etelvino Pereira da Silva 1.123, Manoel Maximiano do Nascimento 3.766, Jairo Josino de Medeiros 3.041, Manoel Montenegro Neto 7.497, Osório Almeida de Oliveira 997, Aldo Fonseca Tinôco 4.194, Carlos Alberto Machado Lavor 7.315, Padre José Dantas Cortez 14.555, Luiz Antônio Vidal 19.072, Paulo de Tarso 11.857, Hermano Paiva Oliveira 11.441, José Jonildo Belmont 20.277, Mônica Nóbrega Dantas 92.976, Garibaldi Alves Filho 63.860, Manoel Torres Araújo 13.347, Abino Arruda 840, Washington Luiz Fernandes 1.084, Porfiro Araújo 1.484, Waldemaar Francisco Fernandes 241, Itamar Manso Maciel, Manoel Lima Duarte 2.320, José Patrício de Figueredo Júnior 2.414, Rivaldo Fernandes Pereira 4.225, José Anchieta Costa Lima 3.200, Raimundo Barbosa 364, Francisco de Oliveira da Silva 2.600, Ary Medeiros de Aguiar 1.458, José Martins da Silva 2.603, José Geraldo Rodrigues Medeiros 628, Francisco Chagas do Couto 2.793, Ferdinando José de Araújo Teixeira 2.795, Airton de Azevedo Galvão 748. Votos de legenda 179 e total do partido 248.625.

Foram eleitos para a Câmara Federal pelo PDS, Vingt Rosado, Jessé Pinto Freire Filho, Wanderley Mariz, João Faustino e Antônio Florêncio. Pelo PMDB, Agenor Maria, Henrique Eduardo Alves e Antônio Câmara.

Para Assembléia Legislativa: Vivaldo Costa, Leônidas Ferreira, Getulio Rêgo, Márcio Marinho, Nelson Queiroz, Leonardo Arruda Câmara, Rui Barbosa, Raimundo Fernandes, Kléber Bezerra, William Saldanha, Manoel do Crmo, José Marcílio Furtado, Carlos Augusto Rosado, Amaro Marinho e José Fernandes Queiroz.

Pelo PMDB tivemos: Padre José Dantas Cortez, Luiz Antônio Vidal, Paulo de Tarso, Hermano Paiva, José Jonildo Belmont, Mônica Nóbrega Dantas, Garibaldi Alves Filho, Manoel Torres Araújo e José Patrício Júnior.

A vitória de José Agripino sobre Aluizio Alves foi de mais de cem mil votos de diferença.

Um fator primordial para derrota do candidato do PMDB foi a lei de vinculação de votos. O partido só tinha diretório em 40 dos 150 municípios, impossibilitando-o de concorrer nesses municípios.<sup>153</sup>

Antes da lei de vinculação dos votos, as pesquisas apontavam Aluizio Alves como virtual governador.<sup>154</sup> Após a lei José Agripino passou a frente nas pesquisas, vencendo a eleição.

Carlos Alberto foi eleito o senador mais jovem do Brasil com 36 anos.<sup>155</sup>

Com a vitória de José Agripino, Geraldo Melo renunciou ao cargo de vice governador, alegando que o fazia por fidelidade a Aluizio Alves.<sup>156</sup>

---

<sup>153</sup> TRINDADE. op. cit., p.57.

<sup>154</sup> Ibid., p.57.

<sup>155</sup> D.N. 25/11/82. p. 3

<sup>156</sup> D.N. 25/11/82 p. 3

## CONCLUSÃO

A história política do Rio Grande do Norte é basicamente construída pelos grupos oligárquicos que vêm se alternando no poder ao longo de décadas e décadas nesse estado. Assim o território da política tem sido atributo privado de grupos político-familiares dominantes.

São comuns no Rio Grande do Norte, os acordos, as negociatas em função da manutenção pelo poder.

Durante o período da transição democrática brasileira onde se pregava em termos de discurso uma “modernização” da política brasileira, o quadro político do RN não sofreu grandes mudanças. Em seu seio, <sup>por</sup> velhas lideranças de traços oligárquicos como, Dinarte Mariz, Aluizio Alves e os Rosado.

Apesar do surgimento do grupo dos Maia, que deveria representar os propósitos liberalizantes da transição democrática, este não acarretou nenhuma grande mudança na política do RN uma vez que apenas substituiu a liderança do velho coronel Dinarte Mariz pela liderança de um novo chefe oligarca Tarcísio Maia.

A única novidade no quadro político da abertura no RN, o PT ainda não dispunha de uma estrutura organizacional capaz de fazer frente aos velhos grupos oligárquicos.

Isto posto o período da abertura política no RN representou uma acomodação de espaços entre os velhos grupos políticos dominantes.

A configuração política de estado  
 e de fins do séc. XIX. →  
 mudança para mais  
 absolutismo em  
 Aguiar

## BIBLIOGRAFIA

- AIRTON, José. **A história das campanhas populares no Rio Grande do Norte**. Natal: Depto. Estadual de Imprensa, 1987. ✓
- ALVES, Aluizio. **A verdade que não é secreta**. Rio de Janeiro: Nova Lima Artes Gráficas LTDA, 1976. ✓
- ÁZEVEDO, Alessandro Augusto de. **Sem medo de dizer não**. O PT e a política no RN. Natal, 1996 (Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais)- UFRN. ✓
- BOBBIO, Norberto et alli. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986. ✓
- CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **História da república brasileira**. Preâmbulo de uma nova era. São Paulo, Edições Isto é/ Editora Três, 1999. ✓
- CARONE, Edgar. **República Velha (1889-1930)** 4 ed. Difel São Paulo 1985. ✓
- CASCUDO, Luis da Câmara. **Jerônimo Rosado: uma ação brasileira na província**. Rio Janeiro: Pongete, 1967 (Coleção Mossoroense, série C, v. 679). ✓
- CORTEZ, Luiz Gonzaga. **História do integralismo no RN**. Natal: Clima/ Fundação José Augusto. ✓
- DINIZ, Eli et alli (org.). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994.
- DREIFUS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1972. ✓
- FERREIRA, Ângela Lúcia de Araujo (coord.). **Estado e movimentos sociais urbanos - o caso de Natal**. Natal, 1998. ✓
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4 ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1978. ✓
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro: Record, 1993. ✓
- LINDOSO, José Antônio Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó**. Natal: Coleção Humanas Letras, 1992. ✓

- MACHADO, João Batista. **Como se fazia governador durante o regime militar**. Natal: RN econômico, 1995. ✓
- \_\_\_\_\_. **De 35 ao AI-5**. Natal: Fundação Nisia Floresta, ✓
- \_\_\_\_\_. **1960 explosão de amor e ódio**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1998. ✓
- \_\_\_\_\_. **Política no atacado e a varejo: a memória política da república no Rio Grande do Norte**. Natal: CERN, 1993.
- SPINELLI, José Antônio. **O Processo de transição do autoritarismo para a democracia no Brasil**. Vivência. Natal, v.9, n.2, 15-34, jul/dez, 1995.
- PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. **"Mitologias do país de Mossoró"**. Natal, 1997 (Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais) - UFRN. ✓
- PANG, Eue Soo. **Coronelismo e oligarquias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. ✓
- ROUQUIE, Alan. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Alfa Ômega, 1984. ✓
- SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia**. São Paulo: Atual, 1990. ✓
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1986)**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. ✓
- SUZELY KALIL, Mathias. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papirus, 1985. ✓
- TRINDADE, Sérgio Luis Bezerra. **Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte**. Natal: Depto. Estadual de Imprensa, 1997. ✓